



ACÓRDÃO Nº 322/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 2356/2013.

Apensos: Processo nº 2357/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Raimundo Valdelino R. Cavalcante - Ordenador de Despesa.

6- Unidade Técnica: DICA-AM.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3915/2016-MP-RMAM, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls.6468).

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS. Exercício de 2012.

*Irregularidade. Multa. Encaminhamento.
Recomendação. Determinação.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Julgar Irregular a Prestação de Contas da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS, exercício 2012, sob a responsabilidade do **Sr. Raimundo Valdelino R. Cavalcante**, Diretor Presidente da Agência e Ordenador de Despesas, no curso do exercício de 2012, nos termos do inciso II do art. 1º e da alínea “b” do inciso III do art. 22, todos da Lei nº 2.423/96, em decorrência de grave infração à norma legal, considerando as irregularidades não sanadas descritas na fundamentação da proposta de voto;

9.2. Aplicar Multa ao **Sr. Raimundo Valdelino R. Cavalcante** no valor de **R\$ 8.768,25**, nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor disciplinado à época, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais por todas irregularidades não sanadas descritas na fundamentação



ACÓRDÃO Nº 322/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

da proposta de voto, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento das improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei nº 2.423/96 c/c § 4º do art. 174 do R/TCE-AM, corrigido monetariamente, caso o valor recolhido ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei nº 2.423/96);

- 9.3. Encaminhar** os autos à **Dicrex** para que efetue a cobrança executiva administrativa e, não obtendo êxito, adotar os procedimentos necessários para a cobrança executiva judicial, observando os arts. 3º e 5º da Resolução 3/2011-TCE;
- 9.4. Recomendar** a Casa Civil - Estado do Amazonas e a Agência de Desenvolvimento Sustentável - ADS para que aprovam e implementem o plano de cargos e salários para os servidores e, após, realizem concurso público para preenchimentos dos cargos efetivos;
- 9.5. Determinar** a Controladoria Geral do Estado - CGE para instaurar a Tomada de Conta Especial (nos termos do art. 195 do Regimento Interno – Resolução 04/2002) a fim de apurar o possível dano causado pela não arrecadação de receitas de serviços realizados pela ADS nos contratos de prestação de serviços de assessoria;
- 9.6. Determinar** a Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:
- 9.6.1.** Evite prorrogar Contratos de Pessoal Temporário dos quais fiquem comprovados excessivos números de faltas, como também a ausência de comprometimento com essa Agência;
- 9.6.2.** Observe, por último, que a reincidência, nas próximas prestações de contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da irregularidade das respectivas Contas, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.



ACÓRDÃO Nº 322/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 4 de Abril de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Erico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

12.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral